

# O ENSINO DE HISTÓRIA COMO OBJETO DE PESQUISA\*

Margarida Maria Santos Dias\*\*

Historicamente excludente, a educação no Brasil se configura como uma das mais antigas dívidas da nação com o seu povo.

No período colonial serviu como sinal de distinção e, infelizmente, esse caráter – apesar de modificado quantitativamente – não se alterou significativamente.

Acesso à educação continua sendo uma das reivindicações centrais dos setores identificados com a democratização da sociedade brasileira e com a busca de alternativas econômicas, sociais e políticas, pensada a partir da nossa própria cultura.

Assim sendo, e dada à existência de uma bibliografia bastante vasta no âmbito da história da educação, considero que é mais produtivo a concentração no tema que nos instiga: o ensino de História como objeto de pesquisa.

O ensino de História foi visto até a década de 60 como área de formação, não como objeto de pesquisa.

O trabalho pioneiro realizado por Miriam Moreira Leite em 1969 – até mesmo para a autora – (“Em 1958, fomos viver em Araraquara e só voltamos em 1972, quando minha filha Ruth veio fazer exame vestibular para medicina. Eu escrevera dois livros durante a temporada araraquarense: *O ensino de história no primário e no ginásio* (publicado pela Editora Cultrix, em 1969) e *Introdução aos estudos sociais*. O primeiro foi uma sistematização do ensino de história baseada em minha experiência escolar, na experiência dos meus filhos e nas revistas de professores que eu consegui” – Trecho de depoimento no livro *Ser professor no Brasil – Selva Guimarães Fonseca*) parece ser circunstancial e motivado por questões pessoais da vida íntima, para só depois se configurar num modelo e motivador de estudos de outros profissionais.

Sem dúvida, foram as profundas transformações na sociedade brasileira, ocorridas durante as décadas de 60 e 70 do século XX que impuseram para os novos profissionais que – formados nas décadas

---

\* Texto apresentado na mesa-redonda “Historiografia e Ensino de História”, da qual participaram a Profa. Dra. Ismênia Rodrigues (UFF) e a Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti.

\*\* Mestre em Ciências Sociais pela UFPB. Doutoranda em História pela UFPE.

anteriores aquelas mas, obrigados a atuarem em realidade substancialmente diferente – refletissem sobre sua profissão e sua feição fundamental: a atuação na escola. Foi, portanto, no final da década de 70 e início da de 80 do século XX que o ensino de História constituiu-se como um campo a ser analisado.

Primeiramente, essas pesquisas concentram-se na parte formal do ensino. Analisaram leis, propostas de currículos, ou seja, na externalidade sala de aula.

O desenvolvimento das pesquisas, concentradas nos programas de pós-graduação em educação, foi o que proporcionou um deslocamento do enfoque das mesmas. Migraram paulatinamente da externalidade para a internalidade da sala de aula. Leis, currículos, livros didáticos continuaram sendo analisados, mas nas suas inter-relações com o que se faz dentro da escola e dentro da sala de aula. Como são interpretados esses elementos formais da educação pelos seus agentes sociais.

Essa mudança no enfoque foi proporcionada também pelo aumento significativo do número de trabalhos sobre ensino de História. Trabalhos antes esporádicos e centrados na pedagogia, tornam-se cada vez mais presentes nas reflexões de licenciados e bacharéis em História pensando a sua própria área e o seu ensino.

Num primeiro momento, trabalhos como os sobre livros didáticos de história, centrados nas denúncias de uma “ideologia dominante” contida nos livros didáticos, da ausência de determinados temas nos mesmos, ou até, de tratamentos errados de alguns temas ou fatos pelos autores de livros didáticos foram importantíssimos pois mapearam um elemento que se tornou indispensável nas escolas. Hoje, porém, essa “historiografia da falta” requer novos enfoques: a formação inicial dos professores e as relações autores/editoras/indústria culturais, têm sido uma amostra desses novos caminhos.

Esse deslocamento tem sido apontado por um outro – já apontado nos parágrafos anteriores – que é o fato de que as pesquisas sobre ensino de História têm migrado para os cursos de pós-graduação em História. Embora não seja uma tendência massiva, esse deslocamento é já bastante sensível, tendo o nosso programa (Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal da Paraíba) sido pioneiro, incluindo na área de Teoria e Metodologia da História uma Linha de Pesquisa sobre Ensino de História.

Sinal desses novos tempos, a mais importante entidade científica da área, a Associação Nacional de História – ANPUH, após a sua opção fundamental nas décadas de 70/80 do século passado pela inclusão dos profissionais dos, então, primeiro e segundo graus – hoje, ensino fundamental e médio, impôs a discussão sobre as relações entre os vários níveis de ensino e, deles, com a pesquisa.

Historicamente, as Universidades no Brasil pouco se voltaram para a questão do ensino. Na pesquisa histórica e sobre ensino de História, não foi diferente.

Na visão dicotômica da total separação entre ensino e pesquisa, as ditas questões pedagógicas foram relegadas aos Cursos de Licenciatura e, nestes, às disciplinas dessa mesma natureza, onde, segundo essa visão, deveriam ser debatidas e resolvidas as questões relativas ao ensino. Não raras vezes, essas questões foram restringidas a fórmulas e receitas corretas a serem aplicadas nas salas de aulas, prescritas nos estágios supervisionados, nas famosas Práticas de Ensino; ou, de algum modo, apreendidas após a formatura, com o ingresso do ex-estudante no mercado de trabalho.

As reformulações dos currículos e as novas concepções que pregam a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, frutificaram numa série de questionamentos nos Cursos de História. A crítica à dicotomia demonstrada nos Cursos de Bacharelado e Licenciatura influenciou na formação de um número imenso de profissionais que, integrados ao mercado de trabalho, iniciaram uma série de experiências inovadoras no ensino de História. Essas experiências, por sua vez, serviram de base para análises, muitas vezes das Práticas de Ensino e/ou de outras pesquisas, que começaram a se desenvolver nos Cursos de História.

Desnecessário ressaltar que mudanças políticas significativas foram concomitantes ao acima esboçado. Para se deter na área de História:

*Exemplo disso, a ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História, entidade congregadora de profissionais de História, promotora de simpósios regionais e nacionais, divulgadora de pesquisas na área, através de seus Anais e da Revista Brasileira de História, só passa a permitir a participação de professores de 1º e 2º graus a partir de 1977. Esta atitude, entretanto, não foi uma dádiva da*

*direção da entidade e sim uma conquista dos professores de 1º e 2º graus e estudantes, causadora de polêmicas e rejeição de vários setores universitários*<sup>47</sup>.

É, portanto, pós década de 70, que as preocupações com a formação do professor, do ensino de história e seus correlatos passam a fazer parte, de uma forma mais enfática, no universo dos licenciados, bacharéis e pesquisadores de História, em geral.

Embora o número de pesquisas, estudos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre ensino de história, comparado a outros temas, seja diminuto, é visível o crescimento do tema.

Os dados abaixo demonstram essa afirmação:

### Quadro 1

#### Produção de dissertações e teses em educação(1984-1989)

	Ensino de História	Outros	Total
Dissertações (mestrado)	11 (0,64%)	1.543 (89,24%)	1.554 (89,88%)
Teses (doutorado)	2 (0,11%)	169 (9,77%)	171 (9,89%)
Teses (livre-docência)	0 (0%)	4 (0,23%)	4 (0,23%)
Total	13 (0,75%)	1.716 (99,24%)	1.729 (100%)

Fonte: Teses em educação/Anped (1984-1989)

<sup>47</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.

**Quadro 2 – Artigos em periódicos nacionais  
especializados em História (1961-1992)**

	<b>Ensino de História</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Revista de História (1961-1979)	5 (0,47%)	871 (83,11 %)	876 (83,58%)
Revista Bras. de História (1984-1990)	21 (2%)	93 (8,87%)	114 (10,8%)
Revista Hist. e Perspectiva (1988- 1992)	2 (0,19%)	29 (2,76%)	31 (2,95%)
Revista Cadernos de História (1990-1992)	16 (1,53%)	11 (1,04%)	27 (2,57%)
<b>Total</b>	<b>44 (4,19%)</b>	<b>1.004 (95,8%)</b>	<b>1.048 (100%)</b>

Fonte: As próprias revistas

**Quadro 3 – Artigos em periódicos nacionais  
especializados em educação (1944-1992)**

Ensino de História	11 (0,33%)
Outros	3.237 (99,66%)
<b>Total</b>	<b>3.248 (100%)</b>

Fonte: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

**Livros**

- 1) Míriam M. Leite. *O livro didático em estudos sociais*, São Paulo: Cultrix, 1969.
- 2) Leny W. Dornelles e Terezinha Deusdará. *Estudos Sociais: Introdução*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972.
- 3) Maria Laura P. B. Franco. *O livro didático de História do Brasil: A versão fabricada*, São Paulo: Global, 1982.
- 4) Marcos A da Silva (org.). *Repensando a história*, São Paulo: Marco Zero, 1984.

- 5) Maria Aparecida M. Neves. *Ensinando e aprendendo história*, São Paulo: EPU, 1985.
- 6) Conceição Cabrini *et alii*. *O ensino de História: Revisão urgente*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 7) Dulce M. P. E. Leme *et alii*. *O ensino de estudos sociais no 1º grau*, São Paulo: Atual, 1986.
- 8) Jaime Pinsky (org.). *O ensino de história e a criação do fato*, São Paulo: Contexto, 1988.
- 9) Paulo Miceli, "O quadro (muito) negro do ensino de história no Brasil", in: José Luís Sanfelice (org.). *A universidade e o ensino de 1º e 2º graus*, Campinas: Papirus, 1988, pp. 101-123.
- 10) Heloísa Dupas Penteado. *Metodologia do ensino de história e geografia*, São Paulo: Cortez, 1991.
- 11) Selva Guimarães Fonseca. *Caminhos da história ensinada*, Campinas: Papirus, 1993.

Esses dados estão contidos no livro Concepções de mundo no ensino de história, de autoria de Silma do Carmo Nunes, publicado pela Papirus em 1996. Uma lista sempre crescente reflete, sintomaticamente, o crescimento dessa área entre os historiadores.

Os dados são exemplificadores do crescimento dos estudos sobre ensino de História, feitos por historiadores. Com exceção dos trabalhos pioneiros de Miriam Leite e Terezinha Deusdará, que são respectivamente de 1969 e 1972, todos os outros estudos se situam na década de 80 e início dos anos 90.

Esse crescimento reflete, principalmente, um deslocamento das questões relativas ao ensino, de um modo geral, para as suas áreas específicas. Assim, por todas as modificações históricas do período, vemos: historiadores discutindo ensino de História, geógrafos discutindo ensino de Geografia, físicos discutindo ensino da Física...

Desde a opção feita pelos sócios da ANPUH nas décadas de 70 e 80 do século XX em incluir os professores do ensino fundamental e médio os Simpósios Nacionais dessa entidade têm se constituído numa vitrine sempre mais ampla de trabalhos sobre ensino de História. No XVIII Simpósio da ANPUH, ocorrido em Recife/PE em 1995, teve como tema História e Identidades, e sustentou no seu interior um número significativo de atividades relacionadas ao ensino de história, se configurando quase num evento paralelo.

O XIX Simpósio da ANPUH, realizado em julho de 1997, em Belo Horizonte, com o tema História e Cidadania, sintomaticamente,

dos 17 Cursos oferecidos, 4 foram relacionados com o ensino de História.

O XX Simpósio da ANPUH, ocorrido em julho de 1999 em Florianópolis/SC, institucionalizou esse crescimento, regulamentando, entre outros Grupos de Trabalho o de **Ensino de História e Educação**.

Os eventos que se organizaram a partir dos pesquisadores e dos professores ligados às disciplinas Práticas de Ensino ou Metodologia do Ensino tornaram-se sistemáticos e referências no país – o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História e o Perspectivas do Ensino de História.

Durante o III ENPEH ocorrido em Campinas/SP foi pautada, inclusive, uma discussão sobre os trabalhos que deveriam constituir os dois eventos. Nos ENPEHs, **trabalhos de pesquisa** sobre ensino de História, demonstrando o crescimento de reflexões/pesquisadores na área e no Perspectivas do Ensino de História, experiências de sala de aula e de inovação do ensino.

Urge analisar o caráter qualitativo desse crescimento.

As pesquisas, na sua grande maioria, até pela forma do seu surgimento, historiada acima, são frutos de experiências ditas “alternativas” em sala de aula. Relatam experiências de ensino com fontes primárias, com músicas, com teatro, com filmes/vídeos, com estudos do meio, com fichas de leitura, com produção de textos, com/sem livros didáticos, entre outras. Raramente essas experiências têm uma ligação sistemática e efetiva com equipes de universidades (sejam ou não da Prática de Ensino). São, no mais das vezes, experiências individuais de professores cansados da desmotivação dos alunos com as aulas de História. Não extrapolam os muros da escola; são circunscritas, não raramente, àquela disciplina, naquela sala de aula.

Algumas outras pesquisas, principalmente frutos de Dissertações de Mestrado, são sobre livros didáticos de História. Corriqueiramente, trabalham o livro didático como expressão da História oficial. Esta é sintetizada no binômio: factual e de heróis. Muitas vezes, se iguala esse tipo de História a História positivista.

As pesquisas sobre ensino de História têm uma visão da escola numa linha reprodutivista. Vista como um bloco coeso, sem contradições, mesmo quando declara algumas experiências inovadoras, a escola é sempre o espaço da reprodução da cultura, sistema e ideologia dominantes. Invariavelmente, a escola como

aparelho ideológico de estado, segundo a fórmula Althusseriana. Embora os conceitos Gramscianos sejam sempre evocados, por alguma alquimia ainda não compreendida, as contradições excluídas da História oficial e, por isso mesmo reclamadas, também desaparecem aqui.

Apesar do angustiante quadro do ensino de História que é pintado por essas pesquisas, sempre são apontadas soluções. Essas soluções, são todas direcionadas para a utilização ou melhor utilização das estratégias de sala de aula. Não se questiona a formação do educador em relação ao **conteúdo**.

Por outro lado, quando se coloca a necessidade de uma revisão do conteúdo, é sempre na base da reciclagem via cursos rápidos de capacitação através dos professores universitários. A dicotomia continua, no sentido de que aos professores do ensino fundamental e médio é reservado o papel de transmitir conhecimento através de metodologias mais estimulantes, ao professor universitário cabe produzir conhecimento novo e, vez por outra, informar as novas concepções, tratamentos, dos novos objetos que a historiografia “descobriu”.

A lacuna que há nos estudos históricos sobre ensino de História é, assim, alargada, pois os relatos das experiências e as análises dos livros didáticos, apesar de importantes, não conseguem dar conta da amplitude dos questionamentos que compõem a área do ensino de História.

As pesquisas na área de ensino de História se restringem a um dos aspectos: ou são sobre livros didáticos, ou sobre propostas, currículos formais para esse ensino, leis, ou ainda, sobre experiências concretas em sala de aula.

Assim, é extremamente interessante que a área sobre ensino de História se alargue, conscientes, no entanto, do redirecionamento que precisam essas pesquisas para que sejam mais que estudos de caso, que mesmo importantes porque mapeadores da situação do ensino, não fornecem avanços significativos na estrutura da formação do professor e das condições de trabalho na escola.

aparelho ideológico de estado, segundo a fórmula Althusseriana. Embora os conceitos Gramscianos sejam sempre evocados, por alguma alquimia ainda não compreendida, as contradições excluídas da História oficial e, por isso mesmo reclamadas, também desaparecem aqui.

Apesar do angustiante quadro do ensino de História que é pintado por essas pesquisas, sempre são apontadas soluções. Essas soluções, são todas direcionadas para a utilização ou melhor utilização das estratégias de sala de aula. Não se questiona a formação do educador em relação ao **conteúdo**.

Por outro lado, quando se coloca a necessidade de uma revisão do conteúdo, é sempre na base da reciclagem via cursos rápidos de capacitação através dos professores universitários. A dicotomia continua, no sentido de que aos professores do ensino fundamental e médio é reservado o papel de transmitir conhecimento através de metodologias mais estimulantes, ao professor universitário cabe produzir conhecimento novo e, vez por outra, informar as novas concepções, tratamentos, dos novos objetos que a historiografia “descobriu”.

A lacuna que há nos estudos históricos sobre ensino de História é, assim, alargada, pois os relatos das experiências e as análises dos livros didáticos, apesar de importantes, não conseguem dar conta da amplitude dos questionamentos que compõem a área do ensino de História.

As pesquisas na área de ensino de História se restringem a um dos aspectos: ou são sobre livros didáticos, ou sobre propostas, currículos formais para esse ensino, leis, ou ainda, sobre experiências concretas em sala de aula.

Assim, é extremamente interessante que a área sobre ensino de História se alargue, conscientes, no entanto, do redirecionamento que precisam essas pesquisas para que sejam mais que estudos de caso, que mesmo importantes porque mapeadores da situação do ensino, não fornecem avanços significativos na estrutura da formação do professor e das condições de trabalho na escola.